

Ações afirmativas, educação e cidadania: uma ressignificação de paradigmas

Luís Carlos Mello¹

Rogério Oliveira de Aguiar²

*Por preconceito de cor morrem
todo dia mil.*

*Há fome, há violência, descaso
e impaciência.*

*Há ódio a cada segundo, se
afunda mais esse mundo*

*Se acha superior, magoa a mãe
que é santa*

*Bate na cara que é minha,
homem maltrata criança*

*Pecado de pecador, é preconcei-
to de cor.*

(Margareth Menezes)

A importância da educação em nossa sociedade

Uma das principais finalidades de uma educação de qualidade é formar cidadãos conscientes e participativos. Nisso consiste um dos papéis fundamentais de uma educação libertadora³ e formadora de indivíduos críticos/as, oferecendo-lhes condições para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo enquanto cidadãos e cidadãs conscientes da sua importância e compromisso na construção de uma sociedade mais justa. Pessoas capazes de buscar as possi-

bilidades de mudanças significativas, sendo protagonistas da sua própria história. Em uma sociedade em que o povo tem acesso a uma educação de qualidade, evidenciam-se constantes mudanças no campo político, social, econômico e cultural.

A desigualdade social não se mede apenas pelo fator financeiro, mas também pela falta de oportunidades e condições de crescimento material, intelectual, emocional e de oportunidades de exercer liderança. Para se ter uma vida digna, vida digna, que cabe a qualquer cidadão e cidadã de um Estado Democrático e de Direito, é importante, acima de tudo, o respeito às necessidades mais básicas, como alimentação, acesso à saúde e educação, liberdade de expressão e culto, entre outros fatores. Não se pode considerar cidadão ou cidadã a pessoa que tem negados esses direitos fundamentais⁴. Isso são marcas de uma desigualdade que contribui para a marginalização e discriminação social.

Para jovens que exercem uma prática profissional, na maior parte das vezes mal remunerada, com uma carga horária de no mínimo 40h semanais, resta a opção de frequentar o curso noturno. Muitos e muitas não conseguem retornar aos respectivos lares após o trabalho, deslocando-se do trabalho direto para a escola. Estudar, mesmo após longas jornadas de trabalho, algumas vezes sem se alimentar adequadamente e em salas superlotadas, chegar após o horário e não encontrar lugar nem cadeira para se sentar, ter que sair mais cedo para conseguir embarcar no último ônibus de volta para casa, entre muitos outros problemas, reflete a realidade de grande parcela de jovens das periferias dos grandes centros urbanos.

O consumo e a venda de drogas ilícitas, a influência do tráfico na comunidade local, acrescido do crescimento da violência, entre outros fatores, são os principais agravantes que impedem essas pessoas de usufruírem de uma vida digna e de uma maior inserção na sociedade enquanto cidadãos e cidadãs.

Porém, em meio a esse caos em que estamos mergulhados e mergulhadas, existem alguns sinais de mudança em al-

gumas escolas da rede pública de ensino. Somos uma nação em constante desenvolvimento econômico, em constantes mudanças. Isso deveria também se refletir na educação e saúde públicas. As escolas públicas que obtêm bons resultados nas avaliações realizadas por órgãos governamentais são exatamente aquelas que possuem uma maior estabilidade do corpo docente, programas de reforço escolar e uma maior interação entre docentes, discentes, escola e comunidade local. No entanto, esses casos infelizmente ainda constituem uma exceção⁵.

Frente a essa realidade, podemos concluir que as condições de vida, o contexto, a falta de oportunidades e a herança histórica deixam marcas profundas de desigualdade e exclusão social. Os afro-descendentes e povos indígenas, entre outras etnias e pessoas marginalizadas, encontram-se nessa parcela da sociedade visivelmente prejudicada pelo sistema vigente. Faltam a esses grupos étnicos marginalizados uma educação de qualidade e condições que favoreçam a ascensão social dos mesmos.

Vivemos quase que num regime de castas, porém, camuflado e travestido de uma

pseudodemocracia, na qual as oportunidades dependem quase exclusivamente do grupo étnico do qual se faz parte. Isso não se aplica apenas à educação, mas se estende ao campo profissional e à imagem das pessoas negras passada pela mídia.

Políticas públicas afirmativas, urgentes e necessárias

As “ações afirmativas”⁶ normalmente são seguidas de polêmicas e muitos debates. Existem pessoas que são a favor e outras que são contra. E cada grupo apresenta as suas explicações, algumas plausíveis, outras nem tanto, para mostrar a sua satisfação ou insatisfação com o assunto em pauta.

Dentre as ações afirmativas, poucas geraram tantos debates como as cotas destinadas a afro-descendentes, indígenas e egressos da rede pública de ensino, com vista à universidade pública. Intelectuais, artistas, políticos e a população em geral dividem-se diante de argumentos favoráveis e contrários a essa medida adotada por universidades federais, antecipando o que está previsto no Estatuto da Igualdade Racial. É de se admirar que quem protesta contra a implantação desse sistema de cotas use como principal argumen-

to o critério de mérito ou êxito. Por outro lado, outras pessoas afirmam que se trata de uma atitude “racista”, alegando que as cotas subestimam a capacidade do negro e da negra, que são tão capazes quanto pessoas brancas.

Essas e outras afirmações fazem com que alguns afro-descendentes fiquem em dúvida em relação à implantação desse sistema e, conseqüentemente, sejam constrangidos a acreditarem que através do sistema de cotas se tornam inferiores aos demais estudantes. São estratégias, utilizadas com o intuito único de mais uma vez fechar “portas e janelas” para o povo negro, como tantas vezes já foi feito em episódios vergonhosos da nossa história enquanto povo brasileiro reconhecido por sua diversidade cultural e por sermos um país com uma invejável “democracia racial”.

Em uma sociedade cada vez mais individualista e etnocêntrica, é comum alguns grupos beneficiados fazerem o possível para manter tudo como está. A regra é “sobreviva quem puder e conseguir”. Dizer que a implantação de cotas caracteriza uma atitude racista é exatamente fechar os olhos e favorecer a invisibilidade da realidade.

Atitudes ditas “racistas” são cometidas todos os dias na escola, no trabalho, na igreja, no bar, no clube, na rua e em todos os locais da sociedade onde as pessoas que compõem os grupos étnicos marginalizados, como afro-descendentes e indígenas, são impedidas de exercerem a sua cidadania de forma plena.

Portanto, a condição afro-brasileira não passa apenas pelo esforço individual de buscar uma cidadania plena; é necessário que haja políticas afirmativas, sim. Somente com um resgate da pessoa marginalizada enquanto ser humano, cidadão e cidadã brasileiros, será possível, então, uma reparação do grande mal causado a essas etnias num passado não tão distante.

Observar a história de forma superficial ou, na maioria das vezes, nem analisá-la resulta em julgamentos e opiniões equivocados. Pessoas afro-descendentes realmente têm as mesmas capacidades intelectuais que uma pessoa de outra etnia. A capacidade, a inteligência e a determinação não passam pelo fator cor de pele, traços físicos ou identidade étnica. Porém, as condições e oportunidades são influenciadas de acordo com o grupo étnico a que cada pessoa é pertencente. O simples fato de ser

afro-descendente em uma sociedade como a nossa, onde o preconceito é disfarçado, pode significar ser discriminado sem nem mesmo perceber que isso está acontecendo de fato.

As atitudes discriminatórias do cotidiano são rapidamente esquecidas ou nem são percebidas por se tratar de algo “comum” e rotineiro. Acredita-se que o lugar do negro e da negra seja nos serviços subalternos e mal remunerados. Não queremos com isso desvalorizar ou menosprezar qualquer função ou trabalho. Todas elas têm o seu valor e importância para uma boa manutenção da sociedade, ainda que seja questionável a remuneração muitas vezes não condizente com a jornada de trabalho.

Queremos chamar a atenção para o fato de que a própria sociedade desestimula a busca de ascensão social por parte do povo negro. Isso é fruto de cultura excludente que se estende ao longo de muitos anos e em que, devido à má educação que recebemos, acabamos simplesmente reproduzindo conceitos discriminatórios sem ao menos levantarmos questionamentos.

Tanto o povo negro quanto os povos indígenas almejam a valorização e reconhecimento da

contribuição dada por essas etnias para a construção desse país. Quando isso finalmente acontecer, as oportunidades poderão se equiparar e poderemos, então, falar em mérito e êxito. Não se trata de uma batalha entre etnias e classes sociais; muito pelo contrário, aspiram-se oportunidades para todos e todas, independentemente da etnia, cultura ou credo. E essas condições realmente serão justas quando as pessoas se derem conta dos fatores que conspiram contra essa igualdade. O preconceito, a discriminação e a vulnerabilidade social são apenas algumas entre as inúmeras razões pelas quais essa desigualdade tem tomado proporções absurdas.

Oportunidades, justiça social e cidadania

O Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim, é considerado por muitos e muitas a verdadeira carta de alforria. O Estatuto foi aprovado no Senado e aguarda aprovação na Câmara dos Deputados. Existem expectativas de que seja aprovado em 2008, quando são comemorados os 120 anos da abolição da escravatura no Brasil – Abolição considerada parcial e incompleta.

O dia 20 de novembro foi instituído pela comunidade negra como um dia significativo para os negros e negras do Brasil. Essa data expressa a luta por liberdade e a resistência à opressão; não foi uma data imposta pelo poder opressor. Por isso, é chamada “Dia da Consciência Negra”. O próprio autor do projeto diz que vivemos uma falsa democracia racial, pois essa não é a realidade brasileira⁷.

Para a historiadora Maria Aparecida da Silva, o principal objetivo da ação afirmativa é o combate ao racismo e seus efeitos. “Para que um programa de ações afirmativas seja efetivo, oferecer oportunidades é apenas um dos primeiros passos.”⁸ As ações afirmativas devem promover a conscientização das pessoas, além de criar condições para que quem sofre preconceito e discriminação tenha a chance de se tornar o sujeito de suas próprias ações. Esse processo é gradativo e lento, mas, se feito com responsabilidade, os resultados serão consistentes e satisfatórios. O pedagogo Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do oprimido*, afirma que o oprimido deve libertar a si mesmo e ao opressor. A libertação constitui um processo coletivo⁹.

É impressionante o impacto que a adoção de cotas por algumas universidades públicas tem causado na classe média e alta do país. A mobilização de intelectuais, políticos e artistas é um sinal de que as cotas constituem um assunto de interesse de todos e todas. O mais impressionante é o fato de que, quando a educação de qualidade era restrita apenas aos filhos e filhas da classe dominante, poucas pessoas se manifestavam em prol de uma boa educação acessível à maioria. Estava tudo como os mais ricos gostariam que estivesse. O povo negro pobre em seu “devido lugar”, segundo o pensamento etnocêntrico da maioria, negando abertamente o mito da “democracia racial” brasileira. A alegação de que existem pessoas negras que ingressaram na universidade sem o auxílio de cotas e que isso mostra ser desnecessário o uso de ações afirmativas mostra, nesse sentido, o quanto o povo brasileiro ainda nega o seu passado e a herança escravocrata legada pelos antepassados. Afirmam que basta, apenas, que a pessoa negra se esforce um pouco mais para obter êxito.

A escritora gaúcha Lya Luft, que assina uma coluna na revista *Veja*, tem a concepção de que as cotas reforçam a idéia da

incapacidade de afro-descendentes. Também diz que jovens beneficiados com as cotas constituem uma massa de manobra para um governo populista e interesseiro, além de serem vítimas de desinformação e de uma visão estreita, e que isso os deixa em má posição. Em nenhum momento foi lembrado ou mencionado o fato de que são jovens afro-descendentes que estão em má posição devido às oportunidades negadas historicamente, através da discriminação e do preconceito em relação à sua cultura, religiosidade, arte, música e costumes. Percebe-se uma intenção de inverter os papéis sociais. As vítimas do sistema agora passam a ocupar o lugar de usurpadores das vagas daquelas pessoas cujos pais e mães tiveram como investir mais.

No seu artigo para a revista *Veja*, a escritora expressa a sua insatisfação com o programa de cotas afirmando: “Nas universidades inicia-se a batalha pelas cotas. Alunos que se saíram bem no vestibular – só quem já teve filhos e netos nessa situação conhece o sacrifício, a disciplina, o estudo e os gastos implicados nisso – são rejeitados em troca de quem se saiu menos

bem, mas é de origem africana ou vem de escola pública.”¹⁰

Frente a isso, contrapomos alguns comentários feitos por Juremir Machado da Silva¹¹, em sua coluna diária em um conceituado jornal de Porto Alegre. Ele trata como ingenuidade ou hipocrisia a afirmação de algumas pessoas de que vivemos em uma sociedade onde a desigualdade é meramente econômica e que não existe discriminação por etnia no Brasil. Ele atesta que, quando a exceção é tomada como regra, no caso da pequena parcela de afro-descendentes que conseguem ingressar nas universidades públicas, isso é irresponsável e inconseqüente. O mérito não escolhe necessariamente os mais inteligentes, mas os mais preparados.

O pressuposto de que os “melhores” devem ter preferência é falacioso. A questão é: por que eles são os “melhores”? Por que são naturalmente mais inteligentes? Por que necessariamente trabalharam mais? O que significa ser melhor? Em linhas gerais os melhores são aqueles

que tiveram melhores oportunidades de preparação ao longo de toda a infância e adolescência. Ou seja, no caso da sociedade brasileira profundamente hierarquizada e desigual, os brancos mais aquinhoados. Para usar o vocabulário liberal, não há igualdade de oportunidades. A idéia de mérito, nesse tipo de situação, acaba por reproduzir a desigualdade social existente.¹²

Acreditamos que a sociedade brasileira tenha negado os direitos de cidadãos e cidadãs ao povo negro durante séculos de história mal contada e, quando chega o momento em que esse trágico episódio da nossa história pode ser revisto e os seus danos amenizados, a sociedade dominante vira as costas novamente. Aqueles grupos que estão no topo da pirâmide social se negam a rever seus conceitos e posições, optam por deixar tudo como está. Os pobres ficam cada vez mais pobres, enquanto que os ricos cada vez mais cheios de privilégios e oportunidades. Essa desigualdade comprova que somos um país de cultura escravocrata

que isso está enraizado na nossa sociedade e na mentalidade das pessoas.

Um dos caminhos para realizar mudanças significativas nesse contexto, impregnado de preconceitos e etnocentrismos exacerbados, é uma educação de qualidade voltada especialmente para uma cultura de respeito à pluralidade e à diversidade. Esperamos que a implementação da Lei 10.639/03, que prevê o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo das escolas públicas e privadas, possa render “bons frutos” a longo e médio prazo. As crianças e jovens terão a oportunidade de estudar e conhecer a realidade, a cultura, os costumes e a história dos afro-descendentes brasileiros, podendo desenvolver uma mentalidade e ideologia diferente dessas já enraizadas nas cabeças de jovens e adultos atualmente. A mudança é possível através da reflexão, do bom senso e da ética. Esta última nem sempre está presente quando interesses pessoais são colocados em jogo e surge a ameaça de romper com o monopólio educacional existente no Brasil.

Referências

- APPLE, Michael W. Política cultural e educação. São Paulo: Cortez, 2000.
- BLANQUER, Jean-Michel; TRINDADE, Héliogio. Os desafios da educação na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTILHO, Alceu L.; CASTRO, Fábio. A marca da desigualdade. Revista Educação, ano 10, n. 110, 2004. p. 42-52.
- CHOMSKY, Noam; DIETERICH, Heinz. A sociedade global, educação, mercado e democracia. Blumenau: Editora da FURB, 1999.
- DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DUSSEL, Enrique. Ética comunitária liberta o pobre. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ESPERANDIO, Mary R. G. Pós-modernidade. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- FAVERO, Osmar; SEMERANO, Giovanni (orgs.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2002.

GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da exclusão. Petrópolis: Vozes, 1995.

HERKENHOFF, João Baptista. Ética, educação e cidadania. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

IMBERNON, F. (org.). A educação no séc. XXI: os desafios do mundo imediato. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUFT, Lya. Ponto de vista.

Veja, p. 21, 06 fev. 2008.

NORDSTOKKE, Kjell.

Diaconia: fé em ação. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

REICHERT, Luciana. Em busca da igualdade. Novolhar, ano 6, n. 21, p. 24-25, mai./jun. 2008.

SILVA, Juremir M. da. Jornal Correio do Povo, p.4, 02 fev. 2008.

SILVA, Maria Aparecida da. Ações afirmativas para o povo negro no Brasil. In: Racismo no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2002.

(Footnotes)

¹ Para João B. Herkenhoff, a educação libertadora deve levar em conta as contribuições do educando. A experiência cotidiana é importante no processo de aprendizagem. Deve-se recusar a idéia de que o educador sabe tudo.

Essa é uma reflexão baseada no educador Paulo Freire, que designa isso como uma educação bancária, quando existe o imaginário de que o/a estudante não tem nada a contribuir, apenas a aprender. Isso é negar o/a outro/a como sujeito/a, como pessoa e como cidadão/ã, impedindo a sua participação. HERKENHOFF, João Baptista.

Ética, educação e cidadania.

Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

² Segundo o artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis, e direito a segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle.

³ Os repórteres sociais Alceu Luis Castilho e Fábio de Castro trazem uma reflexão sobre a situação dos estudantes do ensino noturno em escolas públicas da periferia dos grandes centros urbanos, questões urbanas.

Questões como violência, tráfico de drogas e assédio sexual são fatores determinantes para a evasão escolar. Dificuldades de aprendizagem em consequência de longas jornadas de trabalho, entre outros problemas, são abordadas nessa matéria sob o título de “A marca da desigualdade”.

Revista Educação, ano 10, n. 110, p. 42-52, 2004

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam a combater os efeitos acumulados das discriminações ocorridas no passado.

⁵ REICHERT, Luciana. Em busca da igualdade. Novolhar, ano 6, n. 21, p. 24-25, maio/jun. 2008.

⁶ SILVA, Maria Aparecida da. Ações afirmativas para o povo negro no Brasil.

In: Racismo no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2002.

⁷ NORDSTOKKE, Kjell.

Diaconia: fé em ação. São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 63.

⁸ Trecho extraído de LUFT, Lya. Ponto de vista.

Veja, 06 fev. 2008, p. 21.⁹

É doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V: René Descartes. Em Paris, de 1993 a 1995, foi colunista e correspondente do jornal

Zero Hora. Atualmente, é professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da PUC-RS e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma universidade. Também assina uma coluna seis vezes por semana (de quinta a terça-feira) no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre/RS.

¹⁰ SILVA, Juremir M. da. *Correio do Povo*, 02 fev. 2008, p. 04.

Nota

¹ Músico e Bacharel em Teologia pela Faculdades EST em São Leopoldo-RS, integrante do Grupo de Pesquisa Identidade. Desenvolve pesquisas

na área da Música Brasileira e Africanidade na Bíblia. e-mail: luisctmello2000@yahoo.com.br

² Acadêmico do Curso de Bacharelado em Teologia com ênfase em Diaconia na Faculdades EST, em São Leopoldo-RS, integrante do Grupo de Pesquisa Identidade. Desenvolve pesquisas nas áreas: História e cultura afro-brasileira, Diaconia e homossexualidade. e-mail: roaguiar2005@yahoo.com.br

³ Para João B. Herkenhoff, a educação libertadora deve levar em conta as contribuições do educando. A experiência cotidiana é importante no processo de aprendizagem. Deve-se recusar a idéia de que o educador sabe tudo. Essa é uma reflexão baseada no educador Paulo Freire, que designa isso como uma educação bancária, quando existe o imaginário de que o/a estudante não tem nada a contribuir, apenas a aprender. Isso é negar o/a outro/a como sujeito/a, como pessoa e como cidadão/ã, impedindo a sua participação. HERKENHOFF, João Baptista. *Ética, educação e cidadania*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

⁴ Segundo o artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis, e direito a segurança em caso de de-

semprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle.

⁵ Os repórteres sociais Alceu Luis Castilho e Fábio de Castro trazem uma reflexão sobre a situação dos estudantes do ensino noturno em escolas públicas da periferia dos grandes centros urbanos, questões urbanas. Questões como violência, tráfico de drogas e assédio sexual são fatores determinantes para a evasão escolar. Dificuldades de aprendizagem em consequência de longas jornadas de trabalho, entre outros problemas, são abordadas nessa matéria sob o título de "A marca da desigualdade". Revista Educação, ano 10, n. 110, p. 42-52. 2004.

⁶ Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam a combater os efeitos acumulados das discriminações ocorridas no passado.

⁷ REICHERT, Luciana. Em busca da igualdade. **Novolhar**, ano 6, n. 21, p. 24-25, maio/jun. 2008.

⁸ SILVA, Maria Aparecida da. Ações afirmativas para o povo negro no Brasil. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

⁹ NORDSTOKKE, Kjell. **Diaconia: fé em ação**. São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 63.

¹⁰ Trecho extraído de LUFT, Lya. Ponto de vista. **Veja**, 06 fev. 2008, p. 21.

¹¹ É doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V: René Descartes. Em Paris, de 1993 a 1995, foi colunista e correspondente do jornal *Zero Hora*. Atualmente, é professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da PUC-RS e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma universidade. Também assina uma coluna seis vezes por semana (de quinta a terça-feira) no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre/RS.

¹² SILVA, Juremir M. da. **Correio do Povo**, 02 fev. 2008, p. 04.